

AS TRÊS FACES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA THE THREE FACES OF BRAZILIAN EDUCATION

Cristiano de Assis Silva ¹
Bruno de Freitas Santos ²
Francisca Fátima Pinheiro Nobre ³

RESUMO

Este artigo aborda as três principais temporalidades da Educação brasileira em três momentos distintos da história da educação, a exemplo a Educação Jesuíta, a Militar e a Educação Atual. Analisando os avanços, retrocessos e os impactos que a educação brasileira sofreu ao longo dos anos. O objetivo da pesquisa foi analisar o contexto histórico, econômico, social e educacional dessas diferentes épocas, observando os pontos positivos e negativos de cada educação dentro dessas diferentes realidades. O estudo teve como metodologia a pesquisa bibliográfica, tendo como instrumentos a pesquisa também bibliográfica. Obtendo como resultados a análise de fatos históricos, ocorridos dentro do tempo e do espaço. A conclusão deste artigo é perceber melhor o universo educacional desde o seu início até os dias atuais, estabelecendo comparações.

PALAVRAS-CHAVE: História. Passado. Presente. Futuro. Educação.

ABSTRACT

This article deals with the three main temporalities of Brazilian Education in three distinct moments in the history of education, such as Jesuit Education, Military and Current Education. Analyzing the advances, setbacks and impacts that Brazilian education has suffered over the years. The objective of the research was to analyze the historical, economic, social and educational context of these different epochs, observing the positive and negative points of each education within these different realities. The study had as methodology the bibliographical research, having as instruments the bibliographical research. Obtaining as results the analysis of historical facts, occurred within time and space. The conclusion of this article is to better understand the educational universe from its beginning to the present day, establishing comparisons.

KEYWORDS: History. Past. Gift. Future. Education.

¹ Pós Doutor em Ciências da Educação. Doutor em Ciências da Saúde Coletiva. Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. **E-mail:** cristiano.wc32@gmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/7723981451094769

² Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. **E-mail:** brunofreitas2017@outlook.com.br. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/8624648555654769

³ Mestranda em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. Especialização em Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Ceará, UECE. Graduação em Letras/Literatura (Licenciatura Plena) pela Universidade Estadual do Ceará, UECE. Graduação em Língua Portuguesa (Licenciatura Plena) pela Universidade Estadual do Ceará, UECE. **E-mail:** profa.fatimapinheiro@gmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/0627271462070080

INTRODUÇÃO

A história da educação é uma importante fonte histórica, que serve de registro para melhor compreender os passos educacionais. É também de grande relevância para todo o nosso conhecimento de mundo. E tem espaço garantido dentro do aprendizado humano, pois permite um resgate de informações riquíssimas, que poderão ser úteis na ação docente atual no Brasil.

Nesse sentido, entende-se que incluir essa área do conhecimento, dentro da ação docente é mais do que necessário. É uma questão de manter viva a própria história da humanidade, permitindo que as futuras gerações conheçam os fatos marcantes, e também suas possíveis contribuições.

A educação por meio da história é riquíssima, pois possibilita o resgate do ser histórico, que cada indivíduo é por dentro. Percebe-se ainda, que a história é uma grande fonte de descobertas, que possui suas singularidades e particularidade. Daí surge à necessidade de conhecê-la mais e mais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Todo e qualquer trabalho científico, tem como embasamento teórico o trabalho deixado por especialista, críticos e teóricos. Que tem domínio sobre o tema e defendem essas temáticas como um objetivo maior de expandir maiores conhecimentos e uma compreensão mais aprofundada. Verificar que em toda esfera educacional é um processo, ativo, processual, reflexivo transformador da realidade, e é de grande relevância para todo e qualquer ser humano.

E a partir dessa investigação é possível explorar os pontos positivos e negativos na história brasileira de forma ampla e significativa. Uma reflexão benéfica, sobre as diferentes fases da educação em tempos tão distintos. É algo riquíssimo para toda a sociedade acadêmica. Dessa forma as futuras gerações, poderão

conhecer de forma coerente e verdadeira sua própria história, no qual nada mais é do que sua própria identidade. Toda essa relevância deve ser priorizada, visando formar um sujeito autônomo, crítico, reflexivo e conhecedor da sua própria história, pois não existe presente e futuro sem um passado anteriormente vivido.

RESULTADOS

Ao trabalhar o desafio de entender a história da educação, com essas três vertentes que se inicia na Educação Jesuíta, passeia pela Educação no Regime Militar e se conclui na Educação Atual. É possível perceber as dificuldades enfrentadas na educação ao longo dos anos. E é de fácil percepção compreender os problemas sociais e educacionais, que acompanham o país ao longo do tempo.

REFERENCIAL TEÓRICO: EDUCAÇÃO JESUÍTA

Na visão de Ribeiro (1992) os jesuítas viram uma oportunidade de trabalhar a religiosidade como uma estratégia de dominação. Os jesuítas utilizavam a estratégia de manipular, que consistia em anular as suas crenças e tradições, que eram peculiares dos povos indígenas, e que por sinal era riquíssima, transformando a realidade cultural deles e impondo a cultura religiosa católica como a oficial.

Para o historiador Fausto (2000), a história do Brasil Colonial se divide em três períodos desiguais, segundo o autor são essas as divisões: O cronológico que se inicia em Cabral até instalação do Governo Geral, O segundo vai da Instalação do Governo Geral, até o século XVIII. O terceiro momento se inicia do século XVIII, até a Independência em 1822.

Na visão de Fausto:

“ao analisar a concepção evangelizadora” da Companhia de Jesus nos mostra que a concepção missionária, Constituiu no esforço de transformar os índios, através do ensino, em “bons cristãos significavam também adquirir os hábitos de trabalhos dos europeus, com o que se criaria um grupo de cultivadores indígenas flexível às necessidades da colônia” (FAUSTO. 2002, p. 49).

Que segundo os jesuítas, isso se dava pela anulação da cultura indígena brasileira e na imposição da cultura portuguesa. Na visão de Mattos (1958) o projeto de transformação social, foi bem elaborado e um dos melhores para a época, que se desenvolveu em grande extensão. Sendo um projeto pioneiro da educação no Brasil, e que serviu para impor e evidenciar o plano educacional português. Já na visão de Teixeira Soares (1961), afirma que a Companhia de Jesus surgiu de forma explosiva, trazendo o pensamento religioso, convertido dentro do processo de ler e de escrever. Segundo o referido autor, seus ideais consistiam na construção de um novo espírito.

Os padres jesuítas foram considerados grandes educadores. Nesse sentido, Azevedo (1976) diz que eles eram educadores, por vocação, mestres notáveis a todos os respeitos. Isso talvez justifica o sucesso que a educação jesuíta teve em partes, ao longo de sua existência. A exemplo disso, ainda existe muitas instituições de ensino religiosos na forma de colégios, que adotam algumas metodologias parecida com a aquela época.

Conforme afirmam Teixeira Soares (1961), Azevedo (1976), Serrão (1982), Almeida (2000), Holanda (1989) e Ribeiro (1998), os jesuítas foram os responsáveis pela formação da elite nacional, dando os mesmos os subsídios necessários sobre os princípios, ética e valores, que não importa a temporalidade, sempre é necessário para toda e qualquer sociedade.

Ribeiro (1998), ainda acrescenta que o ensino jesuíta não teve apenas uma importância educacional e sim social e religiosa Por fim, Leite (1965), argumenta

que a educação jesuíta em vários aspectos foi muito valiosa. E atualmente é considerada como uma relevante herança cultural.

EDUCAÇÃO NO REGIME MILITAR

A educação brasileira durante o período militar ou durante a Ditadura Militar brasileira (1964-1985) é uma fase de suma importância para a história educacional de nosso país, pois fatos importantes e decisivos ocorreram nessa época, como por exemplo, a educação de crianças e pré-adolescentes de 7 a 14 anos. Por outro lado, houve inúmeras perseguições, onde de certa forma foi tirada a liberdade de se expressar, sem falar no regime de rigidez e metodologias duras na hora de educar as crianças.

Diversos estudos e especialistas afirmam que a Ditadura Civil-Militar (1964-1988) deixou marcas profundas na educação brasileira. Uma delas um tanto quanto negativa foi a prática de expandir sem qualificar. E, isso até os dias atuais, ainda refletem na sociedade. Uma conquista marcante na história da Ditadura Militar é que, durante as décadas de 1964 a 1985, houve iniciativas de normatizar a educação no país, especialmente com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) para o ensino de 1º e 2º graus em 1971. Isso representou um avanço no sistema de ensino na educação, mesmo estando contextualizada em uma realidade tão crítica e ao mesmo tempo sofrida.

Na visão de Germano (2005), ocorreu um perverso processo de desenvolvimento capitalista, que combinou o crescimento econômico com uma brutal concentração de renda. Entende-se que mesmo em tempos difíceis, houve um grande crescimento na área da produtividade do país, dentro do cenário econômico.

Ainda na concepção de Germano (2005), o autor, descreve que houve um aumento do PIB, da população brasileira (número de habitantes), da produção de energia elétrica, da produção do aço, das exportações e da produção de automóveis. Aqui é possível constatar,

que houve um processo evolutivo na economia brasileira, sendo expandida a exportação e produção de automóveis e obviamente a geração de empregos e de renda. Mesmo em crise na área política, cresceu outras áreas importantes da economia brasileira.

No entanto, segundo Romanelli (1996), houve sim uma participação e mobilização por parte da sociedade civil, para a democratização da educação como um direito de todos e para todos. Mesmo que, isso tenha sido contrária as decisões internas do próprio aparelho estatal. Um dos setores que, foi influenciado pela Ditadura Militar foi a educação. Algumas mudanças significativas ocorreram durante esse período como exemplo: A faixa etária de escolarização que compreende dos sete aos 14 anos, A implementação da LDB, a gratuidade do ensino, a obrigatoriedade do ensino primário em oito anos.

De acordo com Villa Lobos (1985), a LDB revelou-se bastante tímida, no que diz respeito ao problema da extensão da escolaridade primária, apesar dos múltiplos apelos que chegavam de toda parte. A idéia inicial, dessa lei era estender o ensino primário, a partir dos quatro anos aos seis anos, valorizando assim a educação infantil, como uma etapa importantíssima no processo de ensino aprendizagem.

Na visão de Romanelli (1996), a LDB que foi aprovada oportunizara a sociedade brasileira organizar seu sistema de ensino, pelo menos em seu aspecto formal, conforme o que era reivindicado no momento, em termos de desenvolvimento do país. Compreende que essa lei foi um avanço significativo que até hoje os frutos são visíveis, pois regulamentou todo o sistema de ensino brasileiro e representou um salto qualitativo e quantitativo.

Ainda na visão de Germano (2005), “Apenas uma pequena parcela da população teve acesso aos mais elevados níveis de escolarização, enquanto significativa fração do povo não teve nem mesmo o acesso à escola”. (GERMANO, 2005 p.16). Uma triste realidade apontada pelo autor é o que chamamos de exclusão

escolar e social. Um grave problema, ainda muito presente nos dias atuais. No Regime Militar brasileiro muitos ficaram fora do ambiente escolar, contribuindo para o analfabetismo, um problema social ainda presentes na sociedade.

Por outro lado, Ghirdelli, (2000) relembra, que durante esse turbulento período foi criado o “Otimismo Pedagógico” que segundo o autor, havia uma preocupação com a melhoria das condições didáticas e pedagógicas da rede escolar. E, isso é algo muito positivo, quando se trata da qualidade educacional.

Para Villa Lobos (1985) “a grande conquista obtida com a promulgação desta LDB foi a instituição do ensino de 1º grau com a duração de oito anos, era obrigatório” (VILLA LOBOS, 1985, p.15). No pensamento do autor é possível identificar, que foram inúmeras as resistências, que se opuseram à ideia de ampliar o tempo da escolaridade na educação comum. Oferecer uma educação com uma carga horária maior iria viabilizar um conhecimento mais amplo e uma aprendizagem mais solidificada.

Segundo Germano:

“Quase 30% das crianças de 7 a 14 anos não tinham acesso à escola; a evasão e a repetência apresentavam dimensões temíveis; menos da metade das crianças que ingressavam a 1ª série do primário chegavam à 2ª série, e somente uma ínfima parcela chegava ao ensino superior”. (GERMANO, 2005, p. 33).

Nessa concepção são constatados dois grandes problemas, que prejudicava uma quantidade numerosa de alunos. A evasão foi um problema muito frequente nessa época, principalmente, por causa da crise, que o país enfrentava. Infelizmente em pleno século XXI esse problema, ainda se faz presente na realidade do país. No entanto muitas intervenções, ainda precisam ser feitas para amenizar esses problemas. Já o modelo educacional dessa época é descrito pelos estudos de Ribeiro (2000) e Aranha (1996), no qual descreve como

característica principal um sistema educacional autoritário e domesticador. De forma resumida o aluno era um ser passivo sem vez e sem voz.

A repetência era outro problema muito comum. Nessa fase da história, havia um grande prejuízo no aprendizado de inúmeras crianças e adolescentes, porque faltava uma atenção especializada para os alunos com problemas de aprendizagem e profissionais qualificados, para desenvolver mecanismos que atingissem as necessidades identificadas em cada caso.

Consoante Germano (2005)

No âmbito do projeto hegemônico em foco, a democratização do ensino “assumia o significado de uma ampliação de oportunidades de acesso à escola, do aumento do número de anos de escolaridade obrigatória, da adoção de dispositivos [...] que facilitassem a melhoria do fluxo escolar, numa tentativa de diminuir as taxas de evasão e repetência”. (GERMANO, 2005, p.168).

Pouco foi feito para evitar as taxas de evasão e de repetência, pois faltavam investimentos e projetos, que direcionassem um olhar específico e crítico para a educação, tão fundamental para a construção de uma sociedade e para a cidadania. Bem como, a construção de políticas públicas educacionais, que fossem de encontro as diferentes situações problemas da época. As transformações políticas e educacionais foram muitas. E de acordo com Ghiraldelli, (2000), foi nessa época que ocorreu inúmeros manifestos, dentre os quais um deles se chamou “nova educação”, onde se resumia em um documento, que visava à defesa de educação mais equitativa e de acesso para todos. Assim, cresceu o número de pessoas e lideranças insatisfeitas, pois havia ainda muito conservadorismo alicerçados no egoísmo.

EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

Em pleno século XXI, a educação brasileira sofre com inúmeros fatores, que afetam diretamente com a

qualidade do ensino público, principalmente na zona rural e nas regiões pobres do país. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2014) um dos muitos desafios, que impedem a efetivação de uma educação de maior qualidade, está relacionado no Produto Interno Bruto – PIB, que hoje investe, aproximadamente 5% com educação. Em outras palavras falta recursos, que financiam a educação pública no Brasil de verdade, ou o manuseio desses recursos.

Ainda de acordo com INEP (2000) só apenas 18% dos impostos arrecadados, podem ser aplicados na educação pelos estados e municípios. Sem se falar na corrupção, que é um problema eminente no país, que impedem que os recursos cheguem de fato nos lugares carentes.

Para Enguita “O desenvolvimento do capitalismo e suas necessidades em termos de mão de obra, foram relevantes para influir nas mudanças ocorridas no sistema escolar”. (ENGUITA 1989, p.131). Nessa citação percebe-se que as escolas tiveram um impulso proveniente do capitalismo. E de certo modo isso é benéfico, pois o mercado de trabalho requer mão de obra qualificada. A escola desde os tempos dos jesuítas, na ditadura militar e na atualidade sempre foi um conjunto de muitas conquistas, conflitos, lutas e perseverança.

Baseado nos estudo de Garcia:

“a educação desempenha um papel estratégico no projeto neoliberal”. “O discurso dos governantes enfatiza sempre a importância de uma escola de qualidade. Apesar desse discurso, percebemos que o grau de interferência do Estado na educação é cada vez menor.” (GARCIA, 2002, p. 59).

Paro (2001) enfatiza que na atualidade a falta da participação da comunidade escolar e familiar é um obstáculo a ser vencido. Que impede o êxito da educação na atualidade, pois educação de qualidade é resultado

da parceria de escola, família, união e estado. Tais requisitos são básicos e preliminares, para promover uma educação atual exitosa.

Segundo Valente (2006), o modelo de escola na atualidade tem sido em partes voltado para a indústria educacional, onde se usa o lema de produzir alunos "educados", cabendo a cada professor desempenhar a função de montador dessa linha de produção. Através dessa citação percebe, que a escola hoje principalmente na rede pública de ensino é tida mais como um ramo educacional, como uma indústria ou fábrica de conhecimento. Já, no que se refere à educação pública um grande problema é a violência nas suas diversas facetas, fruto do processo de desumanização do sujeito.

Daí surge seguinte interrogativa. Como trabalhar a interdisciplinaridade na educação atual? Atualmente o professor tem que ser mais do que dinâmico e conhecedor de uma gama muito maior de conhecimentos, pois com os avanços em tecnologia é muito mais favorável a fazer articulações de suas disciplinas com outras, como por exemplo, o ensino de História estar articulado com o ensino de artes, geografia, literatura etc. Essa é uma preocupação de Santos (2008) e Filho (2008).

Na educação denominada de Educação Atual Santos (2008) e Filho (2008) explica, que a escola precisa assumir a postura do conhecimento pluriversitário, ou seja, aquele que tipo de conhecimento que é multiplicador, que ocorre nos extra-muros da escola, e o mesmo se desenvolve em parcerias entre todos, que constroem gradativamente a educação como um todo. O referido autor ainda acrescenta que ao longo do século XX, o conhecimento que escola priorizava era relativamente descontextualizado com o cotidiano das sociedades. Assim, uma das necessidades apresentadas aqui é a falta de maior contextualização da escola com a realidade que se tem hoje. Esse questionamento é um forte aliado para o maior sucesso da educação nos nossos dias.

Os problemas educacionais são inúmeros, como a grande demanda de salas cheias impedindo uma atenção especial do educador para alunos com algum tipo de deficiência. Outro grande problema são a falta de materiais didáticos de qualidade, que resulta na insuficiência de ensino que afeta a qualidade da educação como confirma Smith e Strick (2001) em sua obra intitulada de Dificuldades de aprendizagem.

Fundamentado nesse pensamento é revelado, que a democratização do ensino ocorreu em partes e para poucos, pois ainda existe uma taxa preocupante de alunos, adolescentes e jovens fora do ambiente escolar. Essa chamada democratização, deveria acontecer de forma também econômica, e baseado no autor Vasconcelos (2001), isso não ocorreu. E a democratização do ensino só seria completa, se ocorresse nos dois âmbitos educacionalmente e economicamente.

Outra denúncia grave e realista é que não é possível fazer uma escola para todos sem distinção de cor, raça ou classe social, como é o lema de muitos sermões políticos e de campanhas educativas, que passam na TV. Porque na realidade a sociedade ainda continua sendo seletiva e exclusivista. Os que pertencem à classe alta estudam nos melhores colégios e melhores universidades do país com altos índices de aprendizagem, enquanto os menos favorecidos estudam em escolas públicas com inúmeros problemas, que prejudicam e tornam o ensino deficiente. O autor conclui Vasconcelos (2001) mostrando, que as desigualdades sociais estão bem vivas e nítidas e refletem diretamente no sistema educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas educacionais são inúmeros, e alguns deles vem se prolongando o longo dos anos. Todavia é extremamente necessária a intervenção emergencial dentro dos diversos segmentos de toda a sociedade, tais como educação, saúde, segurança, infra-

estrutura, política, emprego etc. Até porque alguns desses problemas são históricos. A falta de uma educação de qualidade e significativa é ainda um grave problema. Porque se o indivíduo, dentro do processo de escolarização, não conseguiu desenvolver competências e habilidades de criticidade, reflexão e visão de mundo. Tão pouco será capaz de intervir com eficiência no presente em que vive. A educação brasileira sempre necessitou de sérias e drásticas reformas educacionais, para que dessa forma fosse efetivado e consolidado o direito à educação equitativa, permanência do aluno na escola e prosseguimento nos estudos. Evitando o número crescente de indivíduos, que vivem na margem da exclusão social e educacional.

Percebe-se ainda, que lutas e conquistas foram travadas para que se alcançassem determinados objetivos ao longo da história. E que em toda temporalidade, houve grandes lutas e resistências por um ideal, por um sonho, por objetivo. Problemas como ausência da família na escola, a evasão, a falta de recursos, que resulta no abandono dos estudos. Isso, sempre existiu e em todas as três épocas, que aqui foram analisadas faltou muito por parte dos governos e órgãos competentes um cuidado prioritário com a EDUCAÇÃO, uma das mais importantes áreas, que existem dentro de uma sociedade. Assim, a educação deve ser sempre um espaço de motivação, de estímulo, de acolhimento e de afetividade, para seja construída uma aprendizagem de maior qualidade e de acesso para todos. E que a estrutura escolar, nos aspectos físico, administrativo e pedagógico, precisa se adequar a realidade de cada indivíduo, pois cada escola, cada cidade, cada estado tem ns situações, com uma realidade muito peculiar uma da outra. Para dessa forma seja oferecida assim, um ensino com maior equidade educacional.

Conclui-se que a educação deve ser respeitada em todas as instâncias, porque é o direito de todos e para todos, é também um patrimônio imaterial. Assim, é indispensável que seja dada uma atenção

especializada, para a Educação Atual, para evitar e combater problemas do passado ganhando forma no presente, e construindo um futuro educacional mais promissor.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. Moderna, São Paulo, 1996.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. 5. Ed. São Paulo: Melhoramentos/INL, 1976. Parte 3: A transmissão da cultura. Rio de Janeiro: Aurora, 1958.

BRASIL: Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014.

BRASIL LDB - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 11ª ed. Ministério da Educação, 1996.

BRASIL: Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, 27 de dez. 1961.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, 12 de ago. 1971.

BRASIL: Lei nº 9394/1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília - DF. 23 dez. 1996. Acesso em 07 fev.2018.

COTRIN, Gilberto. **História do Brasil: um olhar crítico**. São Paulo: Saraiva, 1999, 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A educação como desafio na ordem jurídica**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, 2007.

DOMINGUES, Ivan (org.). **Conhecimento e transdisciplinaridade II: aspectos metodológicos**. UFMG. Belo Horizonte, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GARCIA, Regina Leite. **A educação na virada do século**. In Costa, Marisa Vorraber (org.). **Escola Básica na virada do século**. Cortez. São Paulo, 2002.

GERMANO, José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil (1964- 1985)**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GHIRALDELLI, Paulo, **História da Educação**. São Paulo: Cortes, 2000.

LEITE, Serafim. **Suma história da Companhia de Jesus no Brasil (assistência de Portugal): 1549-1760**. Lisboa: Junta de Investigação Ultramar, 1965.

MATTOS, Luiz Alves de. **Primórdios da educação no Brasil: o período heróico (1549- 1570)**.

MELLO, Guiomar Namó. **Os investimentos na formação de professores**. Revista pedagógica PÁTIO. Porto Alegre, Artmed. Novembro2006/Janeiro 2007.

MEC . **Censo do Professor 2011 - Perfil do Magistério da Educação Básica**. Acesso em: (<http://www.inep.gov.br/censo/outroslevantamentos/professor/1997/perfil.htm>). Brasília,DF.2011

MEC (2000). **Desempenho do Sistema Educacional Brasileiro: 1994-1999** (<http://www.mec.gov.br/home/poleduc/default.shtm>). Brasília, DF. 2011).

PARO V. H. **Gestão Democrática da Escola Pública: Participação da comunidade na gestão democrática da escola pública**. Coleção Educação em Ação. São Paulo: Ática, 2001.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930- 1973)**. 18. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira: A Organização Escolar**. Campinas: Autores Associados, 2000

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 15. ed. Campinas: Autores Associados, 1998.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 16. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1992.

ROSA, Juliano de Melo. **As vozes de um mesmo tempo: a educação física institucionalizada no período da Ditadura Militar em Cacequi**. Dissertação de Mestrado em Educação/UFSM. Santa Maria: UFSM, 2006.

VEIGA, Ilma Passos (coord.). **Repensando a Didática**. Campinas: Papyrus,1989.

VILLALOBOS, João Eduardo R. **A educação de 1º grau no quadro da reforma**. In: Brejon, Moisés (Org.). Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus – leituras. 18. Ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. P.137-156. 1985.